

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.419 - PB (2019/0347877-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA
PROCURADOR : FELIPE DE MORAES ANDRADE E OUTRO(S)
AGRAVADO : JOSÉ CHARLES DE SOUSA TAVARES
ADVOGADOS : UBIRATÃ FERNANDES DE SOUZA - PB011960
ALEXANDRE GUSTAVO CEZAR NEVES E OUTRO(S) - PB014640

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE COBRANÇA POLICIAL MILITAR FORMA DE PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE PLEITO DE PAGAMENTO EM PERCENTUAL EQUIVALENTE A 20% DO SOLDADO PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO REMESSA NECESSÁRIA NÃO CONHECIMENTO APELAÇÃO DO ESTADO PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N 85 DA SÚMULA DO STJ REJEIÇÃO MÉRITO DISCUSSÃO SOBRE A APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N 50/2003 AOS POLICIAIS MILITARES REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL CONGELAMENTO DO VALOR PAGO A TÍTULO DE GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N 185/2012 CONVERSÃO NA LEI ESTADUAL N 9703/2012 ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO AOS MILITARES PREVISÃO DO ART 4º DA LEI N 6507/97 OBRIGAÇÃO DE RETIFICAÇÃO DO VALOR DA VERBA E DE QUITAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE A IMPORTÂNCIA DEVIDA E O VALOR PAGO A MENOR CONGELAMENTO DO ADICIONAL A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DA MP N 185/2012 PRECEDENTES DOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS DESTES TJPB PROVIMENTO NEGADO.

Alega violação do art. 1º, *caput*, do Decreto n. 20.910/1932, no que concerne ao transcurso do prazo prescricional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Pois bem. É o que exatamente sucede *in casu* dos autos.

Dentro desse quadro, no instante em que passara a vigor a lei complementar nº 50/03, em 30 abril de 2003, norma esta que modificou a

forma de pagamento do adicional de tempo de serviço, exsurge a suposta lesão e, de resto, a própria pretensão, iniciando-se, de tal arte, a contagem do lapso prescricional de 5 (cinco) anos.

É dizer, então: a norma em desfile se trata de típica lei de efeitos concretos, que modificou a forma de pagamento de parcela remuneratória referente a todos os servidores públicos de Administração direta e indireta do Poder Executivo.

O postulante, ao alterar que a modificação em foco não o açambarcaria - por ser justamente servidor público militar - possuía 5 (cinco) anos para a propositura da demanda respectiva, contados a partir da data da vigência da norma em comento, que trouxe uma lesão ao seu patrimônio jurídico.

[...]

Destarte, considerando a regra plasmada no art. 1º, do Decreto 20.910/1932, impõe-se o reconhecimento da prescrição da exigibilidade do direito em comento, afinal de contas, o termo final do lapso prescricional (30 de abril de 2008), de há muito, já se havia passado quando ajuizada a presente ação, merecendo reforma, de conseguinte, o acórdão vergastado (fls. 107/109).

É o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma local (municipal ou estadual), o que atrai, por analogia, o óbice do enunciado de Súmula n. 280/STF.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que, "consoante se depreende do acórdão vergastado, os fundamentos legais que lastrearam a presente questão repousam eminentemente na legislação estadual. Isso posto, eventual violação a lei federal seria reflexa, uma vez que a análise da controvérsia requer apreciação da legislação estadual citada, o que não se admite em Recurso Especial. Portanto, o aprofundamento de tal questão demanda reexame de direito local, o que se mostra obstado em Recurso Especial, em face da atuação da Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, adotada pelo STJ" (REsp 1.697.046/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 26/11/2018).

Confira-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.196.366/PA, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 28/9/2018; AgRg nos EDcl no AREsp n. 388.590/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 29/2/2016; AgRg no AREsp n. 521.353/RJ, relator Ministro Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

Primeira Turma, DJe de 19/8/2014; AgRg no REsp n. 1.061.361/RS, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 25/4/2014; AgRg no REsp n. 1.017.880/ES, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 3/8/2011.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente